

Adriano Moreira

A MUDANÇA DE PARADIGMA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A MUDANÇA DE PARADIGMA

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-189-9

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

A MUDANÇA DE PARADIGMA

Adriano Moreira

Temos por reconhecida uma relação entre a mudança de paradigma da sociedade e do Estado e o regresso à redefinição da estrutura e função da Universidade como instituição dinamizadora da reinvenção da articulação e governança de ambas as realidades.

A experiência do século XX, durante a qual as estruturas internacionais e estaduais sofreram as destruições causadas por duas guerras chamadas mundiais, documenta a relação mencionada, a qual foi avaliada, em breve mas incisivo ensaio, por Arthur Lall, um académico cuja formação beneficiou do cruzamento das influências das Universidades de Punjab, Oxford (Balliol), e Grenoble, numa época em que todas as áreas culturais do mundo passaram a ter voz própria na sociedade global em progresso.

Tendo representado a União Indiana na ONU entre 1954 e 1959, aprendeu que “no truly viable, habitable structure containing a peaceful and increasingly fulfilled world community can be built without including in the foundations a spacious provision for the cultural and ideological aspects of the life of peoples”.

A necessidade de centros de estudos de nível universitário, correspondentes à mudança de paradigma mundial, foi então sobretudo inspirada pela questão do encontro em liberdade das áreas culturais.

O tema de uma universidade mundial (*world university*) animou uma dúzia de propostas enviadas à Sociedade das Nações a qual não teve capacidade suficiente para avançar com soluções.

A guerra mundial de 1939-1945, muito mais destrutiva da governança mundial do que a de 1914-1918, fez regressar à ideia duma nova maneira de ser Universidade, originando, segundo o nosso autor, um milhar de propostas. O professor Abdus Salam, que cita, observou: “que pelo menos uma dessas universidades não tenha sido organizada quando em 1945 nasceram as Nações Unidas é uma coisa pela qual as comunidades académicas e científicas do mundo não podem orgulhar-se. É imperativo que sejam dados passos seguros num futuro próximo no sentido de assegurar que uma ou mais verdadeiras universidades internacionais sejam instituídas nos próximos vinte anos”.¹

¹ Arthur Lall, *Toward a World University*, in *The Great Ideas Today*, 1971, Britannica Great Books, Londres, pag. 41 e sgts.

Verificam-se iniciativas privadas, como o Friend World College at Westbury, N. Y., devido a Harold Taylor; o prémio Nobel Rabindranath Tagore organizou em Santiniketan (União Indiana) a chamada Rabindra Bharati University; em Calcutta um Institut of Culture evolucionou para School of World Civilization para promover a cooperação internacional das áreas culturais.

Foi apenas em 1969 que um notável Secretário-Geral da ONU, U Thant, levou a questão à Assembleia Geral, que o autorizou a avançar com o projecto do que viria a ser a Universidade das Nações Unidas, orientada para os objectivos de – *paz e progresso*. Viria a fazer parte dos seus gestores a Engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo, numa instituição que não ensina, não titula, mas dinamiza aquilo que veio a ser reconhecido como uma realidade a exigir estudo autónomo, *as redes*.

E foi a observação das *redes*, na era da informação, que levou Castells, ao debruçar-se sobre o comércio internacional, a distinguir três lógicas que viriam a reflectir-se na mudança de conceito estratégico das universidades: a *lógica da produtividade*, própria do aparelho técnico, a *lógica do lucro*, específica das empresas, e a *lógica de competitividade*, característica dos Estados em competição pela posição na hierarquia dos poderes.²

Todavia, a evolução que tornou efectiva a mudança de conceito estratégico das instituições de ensino superior apenas produziu uma mudança de paradigma no fim da guerra fria.

Antes, logo no fim da Segunda Guerra Mundial, depois da utilização das bombas atómicas, professores da Universidade de Chicago, impressionados pela intervenção universitária na criação das armas estratégicas, produziram um projecto de *Constituição Mundial*.³

O texto, publicado na Revista *Common Cause* em Março de 1998, foi traduzido em vários países do mundo, mas julgamos que não houve edição portuguesa. As matérias de referência, que não omitiram o planeamento económico, eram porém das humanidades, estando presentes antropologia, direito, governo, história, literatura, e filosofia.

² Manuel Castells, *La société en réseaux*, Fayard, Paris, 1998: os seus três volumes, publicados primeiro em Oxford, 1996, foram considerados por Alain Touraine como “a obra mais importante publicada sobre este vasto tema”.

³ Esses universitários pretendiam criar um *Instituto para o Governo Mundial*, réplica do *Instituto para os Estudos Nucleares*, assumindo o objectivo da paz. Foram Robert M. Hutchins, chanceler da Universidade, G. A. Borgess, Mortimer J. Adler, Richard Mckeon, Wilher G. Katz, Robert Redfield, Rexford Guy Tugwet; juntaram-se-lhes Stringfallow Burr (St. John’s College), Albert L. Guérard (Stanford), Harold Innis (Toronto), Erich Kahler (Cornell), Charles Mc Ilwain (Harvard). In *Preliminary Draft of a World Constitution*, The Great Ideas Today, William Benton, Publisher, Londres, 1971.

O projecto foi largamente comentado, distinguindo-se o ensaio de Jacques Maritain, aparecido em 1951. Os valores essenciais da Constituição, que apelaram à convergência dos universitários, eram explicitados no Preâmbulo nestes termos: “The people of the earth having agreed that the advancement of man in spiritual excellence and physical welfare is the common goal of mankind; that universal peace is the prerequisite for the pursuit of that goal; that justice in turn is the prerequisite of peace, and peace and justice stand or fall together; that iniquity and war inseparably spring from the competitive anarchy of the national states; that therefore the age of nations must end, and the era of humanity begin; the governments of the nations have decided to order their separate sovereignties in one government of justice, to which they surrender their arms; and to establish, as they do establish, this Constitution as the covenant and fundamental law of the Federal Republic of the World».⁴

Enquanto no Conselho de Segurança da ONU o tema permanente era o da guerra, o da luta pela hegemonia mundial, tudo envolvendo o apelo ao desenvolvimento da ciência e da técnica empenhadas numa investigação que produziu a série das armas de destruição maciça e o equilíbrio da paz instável pelo medo recíproco dos Blocos Militares, as Organizações Especializadas, com destaque para a UNESCO, mantinham a linha da supremacia dos valores, da confiança recíproca das áreas culturais, e da organização de uma História Comum da Humanidade.⁵

Foi assim que organizou o valioso inquérito sobre os *mitos raciais*, um tema fundamental na problemática da descolonização e, mais tarde, das migrações descontroladas do sul pobre para o norte rico, sede das antigas soberanias coloniais.⁶ Ainda no *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, com a intervenção de Jacques Delors, os temas da *Educação para a Sociedade Mundial* (Karan Singh) e da *Educação para um Mundo Multicultural* (Rodolfo Stavenhagen) são dominantes.⁷

Todavia, na viragem do milénio, uma das grandes inquietações da UNESCO é já *The Future of Values*, do que deu conta com a publicação das actas dos *21 st – Century Talks* (2004).⁸

⁴ Jacques Maritain, *Man and State*, University of Chicago Press, 1951. Ele próprio analisou os trabalhos teóricos dos membros do grupo, incluindo os autores que se notavam pelos estudos sobre a ONU, como Kelsen, e críticos do projecto como Walter Lippman e Reinhold Niebuhr. *Preliminary Draft of a World Constitution*, in *The Great Ideas Today*, 1971, pag. 333.

⁵ José Manuel Lard (edt.), *History of Mankind, Cultural and Scientific Development*, UNESCO, 1963, XII volumes.

⁶ UNESCO, *Le Concept de Race, résultats d'une enquête*, Paris, 1953. Juan Comas, *Les Mythes Raciaux*, UNESCO, 1951. Arnold Rose, *L'Origine des Préjugés*, Paris, 1951. Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1961.

⁷ *Learning: the treasure within, Report of the International Commission on Education for the Twenty-First Century* (Edição portuguesa da ASA, Lisboa, 1996).

⁸ Jérôme Bindé (edt.), *The future of values*, UNESCO Publishing, 2004.

Neste processo, se a globalização foi presentida, e se os avanços da ciência e da técnica, com envolvimento das Universidades, muito com acento directivo para a ameaça do confronto militar, fizeram antever os modelos das sociedades industrializadas (Aron), afluentes (Galbraith), e de consumo (Marcuse), foi menos antecipada a mudança de paradigma da governança mundial, as alterações das escalas de valores que davam carácter ao institucionalismo universitário, o crescente predomínio da competição pela hegemonia económica, a redefinição da problemática emergente da relação do aparelho de investigação e ensino com a sua circunstância.

Na sua contribuição para o citado estudo da UNESCO, Jacques Derrida advertia contra o que chamava a hipertrofia retórica do conceito de globalização, e sublinhou “a contradiction in respect of wick a real critical culture, the contract for a new form of education, or indeed re-education, would no doubts be required, to counteract both the naive celebration and equally the demonization of the phenomen of globalization. Both celebration and demonization are often a cloak for interests and strategies that one must learn to detect”.⁹ Entre outros observadores, que leram os sinais antecipadores da mudança, e da crise inerente à mudança, destaca-se Hannah Arendt, cujos ensaios foram reunidos sob o título – *La crise de la culture*.¹⁰ Escrevendo por meados do século (1954), advertia contra a permanente tendência de que, nesta área do ensino e da cultura, se trata de problemas prioritários de cada Estado, quando “podemos com efeito estabelecer como regra geral da nossa época que tudo o que pode acontecer num país, também pode, num futuro previsível, acontecer em quase todos os outros”.

Na vida da actual geração ocidental, o consolidado modelo de intervenção universitária, que atribui à instituição os objectivos e responsabilidades de investigar, ensinar, e prestar serviço à comunidade, com autonomia e independência, foi atingido por agressões que, acontecendo num país, também mobilizam efeitos em vários outros. É neste ponto que intervém a questão da mudança de paradigma, quer do ambiente sobretudo político, quer da instituição, com mais de um sinal directivo.

O totalitarismo foi um dos paradigmas agressores que encaminhou a universidade para a dependência ideológica, imposta pela decisão política. Hannah Arendt, que foi chamada “une passagère sur le navire du XX siècle”, e referiu a sua época como “les sombres temps”, deu a um dos seus livros o título – *Between Past and Future*.

A fraqueza de Heidegger, que magoou profundamente a sua afeição, inspirou-lhe a recusa de “abandonar o mundo e o seu espaço público por uma existência interior, ou mesmo, simplesmente, de ignorar o mundo em favor de um mundo imaginário tal como

⁹ Jacques Derrida, *Globalization, Peace and Cosmopolitics*, in *The future of values*, cit., pg. 110.

¹⁰ Hannah Arendt, *La crise da la culture*, Gallimard, Paris, 1972. Vicente Verdu, *El estilo del mundo*, Anagrama, Barcelona, 2003, faz uma análise jornalística da crise dos valores que atravessa a vida pública e privada, e que projecta no que chama “capitalismo de ficción”.

deveria ser, ou tal como foi no passado”.¹¹ Foram raros estes casos de resistência, como o do Professor Huber que orientou, ainda durante a guerra, na Universidade de Munique, o movimento Rosa Branca com o objectivo de restituir a Alemanha aos valores democráticos, e que foi decapitado juntamente com os estudantes que o acompanharam.¹² Na viragem do Milénio, outros constrangimentos, que não são necessariamente ligados a totalitarismos ou autoritarismos políticos, são identificáveis na conjuntura mundializada.

Foi talvez Ortega quem mais lucidamente apontou para esses desafios emergentes, embora tenha exercido o seu magistério nem sempre com fácil acolhimento na própria instituição universitária. A sua intervenção ficou marcada pela *teoria da circunstância*, pela primeira vez usada no ensaio *Meditaciones del Quijote* (1914). Definiu uma referência clássica, “yo soy yo y mi circunstancia, y si no la salvo a ella no me salvo yo”, que não pode deixar de estar presente para avaliar a profundidade com que relacionou dois temas, *La Rebelión de las masas* (1930), que apareceria em Inglaterra no ano de 1937, e *Misión de la Universidad*, ensaio também de 1930.¹³

Ao mesmo tempo que advertia para a massificação que desafiaria as estruturas, também alertava contra o que chamava o espírito de *chabocaneria*, que designa, na precisão de Julián Marias, a complacência com a vulgaridade. Advertia para a urgência de mudar a experiência de ensinar para os filhos de gente acomodada, pela novidade de ensinar para o acesso das massas à vida económica, à vida histórica, à vida política, à vida cultural, que considerava o grande título de honra do nosso tempo.

Não considerou possível universidades de excelência sem uma relação articulada com o que chamou o *ambiente público*, e não pôde deixar de considerar determinante a estrutura política. A necessidade de viver *a la altura de las ideas del tiempo*, para estar *a la altura de los tiempos* (*Rebelión de las masas*), não implicaria pacifismo na relação da Universidade com a sua circunstância: preparar as profissões intelectuais, e investigar, mas sem abandonar a transmissão da cultura sob pena de ver surgir *el nuevo bárbaro, retrasado con respecto a su época, arcaico y primitivo*, exige tensão e ver o discípulo como centro de actividade, segundo o conceito de Leonardo: *Chi non può quel che vuol, quel che può voglia*.¹⁴

Estas leituras dos sinais anunciadores da mudança da circunstância das instituições universitárias, foram um aviso mas não uma percepção do radicalismo das alterações em processo.

¹¹ Hannah Arendt, *Les Origines du totalitarisme, Eichmann à Jérusalem*, Gallimard, Paris, 2002.

¹² Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, Lisboa, I. S. C. S. P., 4.ª edição, pag. 194.

¹³ José Ortega y Gasset, *Obras Completas, Misión de la Universidad* (1930), in 4.º vol., pag. 313, Aliança Editorial, Revista de Occidente, Madrid, 1983.

¹⁴ Julian Marias, *Obras, La nueva misión de la Universidad*, in IX volume, pag. 667, Revista de Occidente, Madrid, 1982

Em primeiro lugar, a subordinação crescente, em várias áreas, do financiamento da investigação às exigências da estratégia dos Planos militares, teve ainda como paradigma o modelo de *apartheid* de soberanias, que manteria como sobrevivência o unilateralismo de algumas potências. Embora sempre tenha havido uma circulação de saberes, de professores, de alunos, nesse arquipélago de poderes, a circunstância das universidades foi marcada pela definição nacional soberana, com entraves severos ao reconhecimento dos títulos estrangeiros, e à liberdade de exercício das competências certificadas.

Todavia, os efeitos, nem todos queridos ou previstos, dos avanços técnicos e científicos, da abrangência das fronteiras de segurança e defesa que incorporaram várias soberanias, da complexidade crescente das relações fronteiriças nos planos dos poderes e das sociedades civis, a intervenção em liberdade das várias áreas culturais, o avanço da teologia de mercado, tudo foi ao mesmo tempo dissolvendo as estruturas do proteccionismo e organizando uma nova hierarquia das potências, por vezes à margem das capacidades estratégicas militares.

A sequência destes efeitos originou um dinamismo de globalização que desactualizou os controlos anteriores da governança mundial, ameaçando o teor da vida habitual das sociedades civis ocidentais onde o movimento teve o seu impulso inicial. Recentemente, Soromenho Marques anunciou o principal dilema da globalização, relacionando três desafios, um quadro de referência com rigor: desafio à capacidade de harmonizar o globalismo com a salvaguarda das identidades culturais; desafio ao equilíbrio de relacionamento entre as esferas do político e do económico; desafio ao encontro pacífico e cooperante das áreas culturais.¹⁵

A entrada no Milénio, aquilo que por enquanto deixa ver é que o sistema do *apartheid das soberanias* perdeu vigência, que é o modelo das *soberanias funcionais* ou *cooperativas* que se desenvolve em busca de *grandes espaços* de integração, de que a União Europeia é o exemplo mais desenvolvido; ainda, a manutenção de *Estados baleias*, como os *EUA*, a *China*, a *União Indiana*, menos afectados pela erosão do soberanismo, mas crescentemente obrigados às cedências; desarticulação da governança mundial, em termos de a referência à *anarquia* ser crescente nas análises; uma anarquia acentuada pelo facto de a circulação da ciência e da técnica ter despertado a *lei da reflexividade* que se traduz na capacidade do *desafio do fraco ao forte*, utilizando os meios que asseguraram a hegemonia anterior. A *circunstância* é caracterizada pela *centralização do poder* na área da *teologia de mercado*, à margem de qualquer consagração normativa (G-8); mas dispersão das *sedes de poderes políticos*, com

¹⁵ Viriato Soromenho-Marques, *Metamorfoses, Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2005. Maria da Glória Garcia, *O Lugar do Direito na Protecção do Ambiente*, Almedina, Coimbra, 2007, uma análise indispensável sobre a mudança do paradigma que tende para preceder todos os outros.

definição nova de identidades (*poderes atípicos*) e limitação de capacidades efectivas, sem governança mundial (crise da ONU).¹⁶

O apelo à instituição universitária que se verificou quer no fim da primeira guerra mundial, quer no fim da segunda, com manifestações das quais a mais significativa foi a Universidade da ONU, também se repetiu no processo da União Europeia, tendo em vista um conjunto de Estados que todos sofreram a erosão da soberania renascentista e evoluíram para uma convergência de soberanias funcionais.

Sem prejuízo de o modelo de tempo trípulo, em que sempre decorrem os fenómenos socio-políticos, fazer sobreviver soberanismos sobranes, o regime europeu de *apartheid* das soberanias dissolveu-se, e o apelo à universidade foi crescendo de intensidade. Embora tenham aparecido instituições universitárias cuja designação apontou para um centro dinamizador do projecto, como foi o Colégio da Europa, a manifestação mais significativa e inovadora foi a da eliminação do antigo *regime arquipelágico*, quer dentro dos países, quer no plano geral europeu, pela *rede* que se apresenta como a concretização, para a Europa, da ideia reitora das propostas e ensaios posteriores à guerra.

Estamos portanto numa intensa *mudança de paradigmas* em relação ao passado ainda próximo: mudança de paradigma no plano das *ideas del tiempo* (Ortega); mudança de paradigma no que respeita ao regime de *apartheid* das *soberanias*, articulando *soberanismos* sobreviventes (ex. EUA, China, Rússia, União Indiana) com a articulação de *soberanias funcionais* (ex. União Europeia, Mercosul); nova hierarquia dos *poderes estaduais* com crescimento dos *Estados exíguos* (ex. Portugal, Grécia); *poderes atípicos* com força militar (ex. Al Qaeda); centralização da gestão da *teologia de mercado* (G – 8); *dispersão* dos poderes políticos (crise da ONU).

Talvez nunca tenha existido uma circunstância em que o apelo tradicional à Universidade para enfrentar a mudança tenha igual intensidade e dramatismo. O *mundo de múltiplas vozes* encontra em apelos como os de Cassin, Kullerman, Huxley, U Thant, Tagore, o eco das visões que foram de Plutarco, de Marco Aurélio, de Dante, dos Projectistas da Paz, para que seja assumida a comunidade mundial dos homens.

O que se pede à Universidade, nas palavras que circularam de Gaston Berger, *é ver longe, ver em grande, analisar em profundidade, ter a coragem de assumir riscos,*

¹⁶ Michael Hardt e António Negri, em *Multidão*, descrevem a ordem mundial simultaneamente disputada pelos Estados, em perda de soberania, por Organizações Internacionais, por multinacionais, tendo como consequência maiores desigualdades, repressões, com os unilateralismos sobreviventes a provocarem o agravamento da anarquia. Editora Record, S. Paulo, 2005. Por seu lado, Eduardo Felipe P. Matias analisa o processo que conduz à erosão da soberania do Estado, pela acção conjugada das revoluções tecnológicas, integração regional, e organizações internacionais: *A Humanidade e suas Fronteiras, do Estado Soberano à Sociedade Global*, Paz e Terra, S. Paulo, 2005.

pensar no homem, como nos lembrou a tempo, ao dissertar sobre *Paideia e Sociedade*, o lúcido Manuel Antunes, SJ.¹⁷

Apercebendo-se da rapidíssima evolução para o modelo das sociedades afluentes e consumistas do norte do mundo, viu cedo os perigos da restrição do campo das humanidades, anteviu o agravamento de crise dos valores face aos objectivos do *poder e do lucro, do lucro e do poder*.¹⁸

A capacidade de livremente assumir a tribuna da resposta implica não apenas uma clara visão da relação entre a *autonomia* e a *independência* da universidade, como uma lúcida identificação dos riscos inerentes às mudanças de paradigma da sua circunstância.

A autonomia é em primeiro lugar uma relação com o fundador, Estado, Igrejas, Mecenas, que tem uma faceta derivada, a regular pelas regras da arte, que é a *gestão económica e financeira*, e uma vertente principal que é a do *património e alimentação financeira*.

Embora esta tenha forma variável, de facto é sempre uma dependência que, no Estado de Direito ocidental, e quando se trata da rede pública, encontra contenção, nem sempre real, no respeito pelo princípio de que a autoridade pública distribui equitativamente recursos que são dos vários destinatários e não dádivas soberanas, o que não se passa com os modelos de direito privado, sejam fundacionais, cooperativos, ou submetidos às várias formas de direito comercial.

A independência é um estatuto ganho ao longo dos tempos, que lida com uma *legitimidade de exercício* dominante sobre a *legitimidade de origem*, e desafiada pelo deslizamento do poder para as várias formas de autoritarismo.

¹⁷ Padre Manuel Antunes, *Obras Completas*, Tomo II, *Paideia: Educação e Sociedade*, coordenação de José Eduardo Franco, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 2005.

¹⁸ Entre as respostas aos desafios das *ideas del tiempo*, enumerava: “Compreender e fazer compreender o absurdo das somas astronómicas gastas em armamentos aos quais o melhor que lhes pode acontecer é não servirem para nada; compreender e fazer compreender o absurdo de programas espaciais dispendiosíssimos, que os avanços da ciência e da tecnologia não chegam a justificar, quando na terra dos homens tantas necessidades primárias ficam ainda por satisfazer em favor dos mesmos homens; compreender e fazer compreender os desperdícios gigantescos de uma economia mal ou insuficientemente racionalizada à escala planetária; compreender e fazer compreender situações sem conta de injustiça e de opressão provocadas pelo egoísmo, o conhecimento insuficiente e o insuficiente reconhecimento do homem pelo homem; compreender e fazer compreender os riscos sérios em que estão a incorrer as ciências humanas convertidas de veículos de ideias, de formas e de emoções em instrumentos de manipulação das almas – já Estaline, significativamente, definia o escritor como «engenheiro das almas» -, através das «relações públicas», da publicidade sem freio e sem medida, da dinâmica ou da mecânica de grupos, aos mais diversos escalões, da industrialização da cultura como da industrialização dos produtos materiais; compreender e fazer compreender todos estes «absurdos» e muitos outros que, por brevidade, omitidos, não será ainda tudo, certamente, mas será já um pouco do caminho a andar na via necessária da transformação.” Tomo II, cit., pag. 122.

Por isso é sempre necessária a vigilância em relação aos sinais de quebra de confiança entre a Universidade e a comunidade, sobretudo quando a deterioração tem origem nas intervenções do poder político.

A evolução que se acentuou na viragem do milénio deixa ler alguns sinais de aviso.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da *rede*, regionalizada em espaços como o europeu, ou mundializada, mesmo com origem nas próprias instituições, remete para uma *regulação transestadual* porque nenhum Estado pode governar a totalidade da *rede*. Acontece porém que nessa regulação transestadual se debatem as escalas de hierarquia e hegemonia dos poderes políticos, tornados frequentemente *furtivos* a origem e objectivos dos consensos ou das cedências.

No espaço ocidental, a *economia de mercado*, com visíveis coordenações centralizadoras (G – 8), ameaça com a *mercadorização do ensino*, faz do mercado a referência principal, da livre competição o princípio legitimador, das deslocalizações o efeito corrector, da relação entre o progresso da técnica e a qualificação da mão-de-obra o regulador do desemprego, e da empregabilidade a definição das competências ou qualificações para habilitar os diplomados a encontrarem sempre nova e diferente ocupação.

A relação da demanda de pessoal tecnicamente qualificado com a oferta vinda dos centros de ensino, tem visíveis consequências ideológicas na rede.

Referindo-se aos EUA, Francis Fukuyama, o famoso autor do *The End of History and the Last Man*, meditando agora sobre os efeitos da por si anunciada globalização da economia de mercado, salienta a não prevista organização de instituições reitoras como o World Bank, o International Monetary Fund – FMI, a WTO – World Trade Organization, adaptadas ao conceito estratégico dos poderes dominantes no que agora nos interessa, com reflexos ideológicos na circunstância das universidades: referencia as raízes do neoconservadorismo no City College of New York (CCNY), uma história relatada no livro de Joseph Dorman intitulado – *Arguing the World* (2001), com os seus membros apoiados por instituições como Columbia e Harvard, seguindo-se impressionantes notas sobre a New Left impulsionada pela guerra do Vietname, e os ataques à universidade acusada de serviçal do capitalismo e imperialismo americano.¹⁹

No plano da regulação transestadual, o paradigma europeu tem sido orientado pelo conceito da *sociedade da informação e do saber* (Praga, 2001), pelo objectivo estratégico de alcançar uma competitividade superior à dos EUA (*Declaração de Lisboa*, 2000), pela organização em rede de elementos legíveis (*Declaração de*

¹⁹ Francis Fukuyama, *After the Neocons*, Profile Books, Londres, 2006.

Bolonha, 1999), pela hierarquização das instituições em função de critérios de excelência (ENQA).

Não é necessário referenciar aqui a longa soma de outros documentos, porque o ponto que se afigura essencial é o da *mudança de paradigmas* e o seu reflexo na sociedade portuguesa.²⁰

Como dissemos, na área universitária verificou-se a mudança de um *paradigma arquipelágico* para um *paradigma de rede* que acompanhou o declínio, ainda em curso, do *apartheid soberanista* para um sistema de *soberanias funcionais* ou *cooperantes*. No espaço europeu, o conceito estratégico da União foi progressivamente dominado pela teologia de mercado, reflectida na política de alargamento, sem filosofia conhecida de governabilidade, e assumindo, com a Declaração de Lisboa, que a competição com os EUA é o objectivo dominante.

Embora o conceito de sociedade da informação e do conhecimento (Delors) seja proclamado como conceito director da política da investigação e do ensino, o modelo social orientador dominante é o da sociedade do consumo, afluente, do bem-estar, cujos valores se harmonizaram com os da teologia de mercado, funcionando como dinamizador virtual do descontrolo das migrações e dos efeitos colaterais negativos que afligem as sociedades civis.

Este processo ameaça submeter o sector universitário, que no sentido europeu inclui o politécnico, aos valores do mercado, com os estudantes abrangidos pelo conceito de clientes, com o caudal de diplomados avaliado pelo critério do retorno ao investimento, com o objectivo do emprego a afastar o objectivo da empregabilidade, tudo com o risco da mercadorização do ensino. A crise dos valores é evidente, e, como escreve Eduard O. Wilson, em registo alarmado, o que inquieta nesta questão “is that it reveals so clearly our ignorance of the meaning of humam existence in the first place. And illustrates how much more we need to know in order to decide the ultimate question: To what end, or ends, if any in particular, should human genius direct ifself?”²¹

²⁰ Adriano Moreira, *Sobre a Universidade*, in Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 2007, acompanha uma série de documentação útil para avaliar a evolução da resposta governamental portuguesa, e que não será necessário especificar neste texto.

²¹ Eduard O. Wilson, *Consilience, the unity of Knowledge*, Abasus, Londres, 1998, pag. 309. Hannah Arendt, *La Crise de la culture*, Gallimard, Paris, 1972, alerta para o corte entre o passado e o presente, citando as palavras do poeta René Char: “Notre heritage n’est précédé d’aucun testament”, o que significa a necessidade de enfrentar o facto de que “l’ennuyeux est que nous ne semblons ni équipés ni préparés pour cette activité de pensée, d’installation dans la brèche entre le passé et le future.” (pag. 24). Vandana Shiva, *Manifiesto Para Una Democracia De La Tierra*, Paidós, Barcelona, 2005, considerada uma das salientes cientistas viva, apela à ética para regular a exploração da terra. Hans Kung, *Proyecto de una Ética Mundial*, Editorial Trotta, Madrid, 2000, é das vozes mais autorizadas no apelo à ética. Ver o estudo de Margarida Amaral, *Hannah Arendt, Os Mundos da Razão*, Esfera do Caos, Lisboa, 2007.

A primeira das questões que esta orientação levanta tem profunda implicação com os lembrados conceitos, e suas diferenças, da *autonomia* e *independência* das Universidades. E também com a dinamização da *teologia de mercado* pelos EUA, empenhados em submeter o ensino à Organização Mundial do Comércio.

Cresce a tendência, em sedes governativas, para submeter a exigível *accountability* ou *responsiveness* das Universidades na *Área Europeia do Ensino Superior* a um *quadro de curadores* ou *Conselho Geral* com maioria de representantes não-universitários, preferentemente da área económica, e competentes para eleger o Reitor, escolher os executivos, apurar os planos estratégicos.

Parece evidente que esta reinvenção da governança pode não atingir apenas a *autonomia*, o que já seria inquietante, mas atingir sobretudo a independência.

E nos Estados em que a *rede pública* tem definição e proeminência constitucional, tratar-se-á de uma aplicação do *socialismo de mercado* que alivia os orçamentos estaduais, mercadorizando eventualmente o ensino pela submissão a modelos em que os curadores não se ocupam de património que tenham constituído, ou pelo qual sejam responsáveis, mas antes se empenham na sua concepção do mundo e da vida ou do poder que os nomeia.

Por outro lado, nesta *Área Europeia do Ensino Superior* e respectivo *Sistema Europeu de Ensino Superior*, a Declaração de Bolonha orienta para uma sociedade da informação e do saber que dê suporte à *Declaração de Lisboa*, com o objectivo de ultrapassar a competitividade dos EUA. Não passará despercebido que o governo português recorreu à OCDE, à ENQA, e à EUA, para que lhe definissem a racionalização da *rede nacional*, o *método de avaliação* de cada sub-sistema (público, privado, universitário, politécnico, católico, militar) e de cada instituição, tudo organismos da família do Banco Mundial, do FMI, da Organização Mundial do Comércio, dispensando ligeira atenção ao Conselho Nacional de Educação e aos seus pareceres, assim como à crítica nacional vinculada ao futuro, designadamente das entidades representativas dos subsistemas.

O pedido pacientou dois anos pelo encomendado fornecimento de um plano de governo, que não invocou a articulação das duas referidas Declarações, mas estas não foram ignoradas pelas instituições consultadas.

Tal necessária articulação significa que o *paradigma* português mudou radicalmente, porque já não se trata dos objectivos estratégicos de um Império findo, nem da sua adaptação ao território europeu do presente: trata-se de redefinir sistemas, objectivos, e estratégias para um território que vai do Atlântico aos Urais, e para agir nesse espaço é que é necessário definir as *competências* que os escolares devem obter – quer no plano do emprego (sobretudo politécnicos), quer no plano da empregabilidade (sobretudo universidades). A questão não é o tempo de retenção nos claustros – 3+2;

4+1; 5+0 –, a questão é a redefinida competência qualitativa dos diplomados, das respectivas instituições responsáveis pela formação, e da inevitável hierarquização destas: o risco de a *rede* derivar para uma vertente de *Novos Caminhos de Santiago* é evidente, a manifesta dependência governativa de directivas alienígenas, sem reciprocidade, alerta para a deriva no sentido do *Estado exíguo*.

E por isso, a questão do financiamento da rede portuguesa é evidentemente de soberania, na sua versão funcional do Milénio, não é de gestão de pequenas e médias empresas, no caso de se assumir que se trata do desafio prioritário à capacidade de estar presente e ouvido nos centros de decisão supranacionais.

Por outro lado, a submissão à teologia de mercado, ligada à escassez de recursos financeiros dos Estados que estejam a evoluir para exíguos, como parece ser o caso português, ameaça levar à debilidade de politecnizar as universidades e de universitar os politécnicos, implantando uma linha média que favorece a queda na hierarquia da rede transnacional e rarifica as probabilidades de conseguir instituições de excelência em cada um dos subsistemas, quando o critério da soberania funcional apela para a clarificação e aprofundamento dos conceitos fundadores da cada subsistema, e a dar-lhes como objectivo a excelência na vertente respectiva.

Depois, as eventuais cedências aos critérios do mercado, que os EUA apoiam, inseridos numa visão política de fim da história, fariam alastrar as experiências de livre instalação, de compra de partes ou da totalidade do capital de instituições da rede privada, de leasings, de pólos, de mercadorização acentuada.

Esta linha já provocou suficientes sinais de alarme na recente experiência portuguesa, designadamente com o modelo, submetido à débil discussão pública, da Agência de Acreditação e Avaliação: a governamentalização da estrutura foi denunciada em todas as instâncias, o recurso a conceitos de socialismo de mercado foi evidente na transferência dos custos para os subsistemas das instituições de ensino e seus chamados *clientes*; a adopção da virtual natureza de Fundação de Direito Privado, a exercer autoridade pública, apenas favorece o método de desorçamentar a intervenção, pondo em causa os imperativos constitucionais para a *rede pública*, e assim desvirtuando a opinião de que a Fundação, autêntica, é o modelo mais fiável para o ensino privado.

Voltando a Manuel Antunes, recordemos estas palavras: “Na verdade, o educador – ou o filósofo da Educação – que queira ser realista, terá de conjugar sempre o passado e o presente, se intenta realmente construir o futuro. Construir o futuro sobre a base sólida do humano em totalidade e não sobre as nuvens fugazes dos sonhos que se desfazem aos primeiros raios de claridade. No contexto que é o nosso, o sistema de educação que se torna necessário redefinir deveria girar em torno de dois pólos que

mutuamente se atraíssem e implicassem: a ciência e a sabedoria, os factos e os valores”.²²

Trata-se justamente da *sabedoria* no que toca ao conceito orientador europeu da *sociedade da informação e do saber*. Acrescentar a *sabedoria*, como pelo exemplo e pelo sacrifício lembramos Oppenheimer, é defender a posição das humanidades, dos valores, da filosofia, dos saberes fundamentais sem mercado de procura sustentador, das identidades culturais que a Declaração de Bolonha não esquece, do multiculturalismo crescente e desafiante das sociedades.²³

A mercadorização parece ser o eixo dominante do pensamento governativo que vai regendo, formal e informalmente, o Ocidente e o desafio à sua identidade.

Retomando as advertências de Ortega, “tiene la Universidad que intervenir en la actualidad como tal Universidad, tratando los grandes temas del dia desde suio punto de vista proprio – cultural, profissional e científico”.

O futuro depende de uma escolha inadiável: ou ignorar os sinais do avanço de uma intervenção domesticadora em que o Estado actua pela interposta pessoa do mercado; ou a firmeza do rompimento com as ideias do tempo, em nome da independência universitária em que se firma a legitimidade de exercício.²⁴

A intervenção em nome do mercado, quer na sua formulação de liberalismo extremo, quer na imaginosa formulação de socialismo de mercado, tem um corolário arrasador da concepção institucionalista que presidiu à história da independência universitária.

As universidades passam a ser consideradas *serviços* submetidos à racionalização ocasional de cada programa de governo, ou falta dele, e não *ideias* que duram no tempo, para além da precária duração da vida humana, congregando pessoas, meios, normativismos e autoridade específica, como doutrinarem os institucionalistas.²⁵

²² Manuel Antunes, *Da Educação como Poder numa Época de Crise*, Obras Completas, cit., Tomo II, pag. 152.

²³ DFES Research Report RR55, 2004. Tariq Modood, *Multicultural Politics: Racism, Ethnicity on Muslims in Britain*, Un. of Minnesota Press, 2005. Amel Boubekeur, *La Voile de la Mariée*, l'Harmattan, Paris, 2004. Eric Fassin, *Good to think: The American References in French Discourses of Immigration and Ethnicity*, in *Multicultural Questions*, Christian Jappke, Londres, 1999.

²⁴ T. S. Eliot escreveu: “If education today seems to deteriorate, if it seems to become more and more chaotic and meaningless, it is primarily because we have no settled and satisfactory arrangement of society, and because we have both vague and diverse opinions about the kind of society we want. Education is a subject which cannot be discussed in a void: our questions raise other questions, social, economic, financial, political. And the bearings are on more ultimate problems even than these: to know what we want in education we must know what we want in general, we must derive our theory of education from our philosophy of life.” In *Modern Education and the classics*, Selected Essays, Harcourt, Brace e C.^a, Nova York, 1950, pag. 452.

²⁵ Adriano Moreira, *Bolonha e os Novos Caminhos de Santiago*, Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 2007.

A *tradição* não significa aqui conservadorismo, mas sim a passagem de mão em mão daquilo que o mundo espiritual vai legando de geração em geração, mas que “não é uma estátua imóvel, mas viva”, que “refunde e transforma”, que conserva e ao mesmo tempo acrescenta o património, percepção em que a análise institucionalista acompanha a percepção hegeliana.

O passivo desta história não é um acidente diferente do passivo de todas as intervenções humanas. Mas o poder político, que sempre condicionou a autonomia, e por essa via a independência, também tem de optar entre os modelos de intervenção: ou aparece como um juiz de fora regenerador, tendo o diálogo como método, a restauração como objectivo, e a autoridade como instrumento; ou aparece como inquisidor, e prefere a simplicidade dos autos de fé. A via média também é doutrinada, mas exige uma sabedoria pouco distribuída.

*(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 26 de Julho de 2007)*